



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.fsanet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 20, n. 6, art. 7, p. 147-166, jun. 2023

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

http://dx.doi.org/10.12819/2023.20.6.7

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Covid-19 e Gastos Públicos com Saúde: Análise das Publicações no Período de 2020

Covid-19 and Public Spending on Health: Analysis of Publications in the Period 2020

Milton Jarbas Rodrigues Chagas

Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília

Professor da Universidade Federal do Cariri

E-mail: milton.rodrigues@ufca.edu.br

Antônio Rafael Valério de Oliveira

Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará

Contador da Universidade Federal do Cariri

E-mail: rafael.valerio@ufca.edu.br

Maria Isabel Cruz Feitosa

Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Cariri

E-mail: maria.isabel@aluno.ufca.edu.br

Ane Caroline Rodrigues Leite

Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri

Assistente administrativa da prefeitura de Mauriti-CE

E-mail: carol.ane@live.com

Paulo Henrique Leal

Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco

Professor da Universidade Federal do Cariri

E-mail: paulo.leal@ufca.edu.br

Endereço: Milton Jarbas Rodrigues Chagas

Rua Levy Pedrosa, nº 216, Bairro Planalto, CEP: 63.047-190, Juazeiro do Norte/CE, Brasil.

Endereço: Antônio Rafael Valério de Oliveira

Rua Santa Margarida, nº 248, Bairro Mirandão, CEP: 63.125-250, Crato/CE, Brasil

Endereço: Maria Isabel Cruz Feitosa

Rua Todos os Santos, nº 2212, Bairro: Romeirão, CEP: 63.050-765, Juazeiro do Norte/CE, Brasil.

Endereço: Ane Caroline Rodrigues Leite

Avenida Tenente Raimundo Rocha, nº 1639, Bairro Cidade Universitária, CEP: 63.048-080, Juazeiro do Norte/CE, Brasil.

Endereço: Paulo Henrique Leal

Avenida Tenente Raimundo Rocha, nº 1639, Bairro Cidade Universitária, CEP: 63.048-080, Juazeiro do Norte/CE, Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 14/05/2023. Última versão recebida em 27/05/2023. Aprovado em 28/05/2023.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação

RESUMO



As ações diretas de enfrentamento contra a covid-19 exigiram do poder público forte atuação quanto ao repasse de recursos dos cofres públicos. No que tange ao auxílio financeiro oferecido aos Estados, Municípios e Distrito Federal, foram enviados R\$ 60 bilhões de reais como parte do Programa Federal de Enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19). Sabendo disso, o objetivo deste trabalho consistiu em realizar uma revisão de escopo acerca da produção científica sobre a Covid-19 e gastos públicos com saúde, durante o ano de 2020. Para tanto, contou-se com a bibliometria como ferramenta de análise léxica. Adicionalmente à utilização da bibliometria, utilizou-se também da aplicação de técnicas da estatística descritiva que auxiliaram na consecução do mote desta pesquisa. Para mapeamento dos dados, efetuou-se uma pesquisa na base de dados da *Web of Science*, por meio da ferramenta de software *VOSviewer*, a fim de averiguar sobre a quantidade de publicações por área de pesquisa, citação entre autores, publicações por país e/ou instituições, acoplamento bibliográfico etc. As principais evidências revelaram que os países que mais apresentaram publicações estão entre EUA, China e alguns países da Europa (Inglaterra, Austrália e Itália), enquanto o Brasil apresentou ínfima participação no número de publicações, apenas 6,61%, ficando à frente apenas da Alemanha, com aproximadamente 5%. Os três primeiros periódicos que constituem cerca de 23,97% dos artigos publicados possuem uma classificação de Qualis, variando entre A1 e B1 em suas áreas de atuação, demonstrando a importância dessas publicações entre os estudiosos e cientistas.

Palavras-chave: Bibliometria. Gastos Com Saúde. Covid-19.

ABSTRACT

Direct coping actions against COVID-19 required strong action from the public authorities to hand over funds from public coffers. Regarding the financial assistance offered to the states, municipalities and the Federal District were sent R\$ 60 billion as part of the Federal Program for Confronting Coronavirus (COVID-19). Knowing this, the objective of this work was to conduct a scoping review of scientific production on COVID-19 and public health spending during the year 2020. To this end, bibliometry was used as a tool for lexical analysis. In addition to the use of bibliometrics, we also used the application of descriptive statistical techniques that helped in the achievement of the motto of this research. To map the data, a search was carried out in the Web of Science database, using the VOSviewer software tool, to find out about the number of publications by research area, citation between authors, publications by country and/or institutions, bibliographic coupling, etc. The main evidence revealed that the countries that most presented publications are between the USA, China and some countries of Europe (England, Australia and Italy), while Brazil showed a very small participation in the number of publications, only 6.61%, being ahead only of Germany, with approximately 5%. The first three journals, which constitute about 23.97% of the published articles, have a Qualis classification, which varies between A1 and B1 in their areas of activity, demonstrating the importance of these publications among scholars and scientists.

Keywords: Bibliometrics. Health Spending. COVID-19.

1 INTRODUÇÃO

O surgimento da pandemia provocou uma reviravolta nos países não apenas com relação às normas de convivência e distanciamento social para o enfrentamento do vírus, mas especialmente no que diz respeito às contas públicas.

Nesse diapasão, os gastos públicos para financiar a Covid-19 se elevaram junto com o aumento da dívida pública (BRESSER-PEREIRA, 2020). Achatar a curva de novos casos de infectados; reduzir o número de óbitos; a realização da política de distanciamento social e quarentena; consoante à aplicação de testes em massa e rastreamento de infectados. Tudo isso exigiu um aumento da capacidade do sistema público de saúde.

De acordo com dados do Tesouro Nacional Transparente (2022), para enfrentamento das medidas de saúde pública, o Ministério da Saúde (MS) desembolsou 39,5 bilhões de reais no ano de 2020, o que representou 1,63% dos gastos totais das despesas realizadas naquele ano (4,13 trilhões), conforme Lei Orçamentária Anual de 2020 (LOA) (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2022).

No Monitoramento dos Gastos da União com Combate à Covid-19, é possível observar o total de recursos desembolsados pelo governo federal com a pandemia, totalizando a cifra de 524 bilhões gastos com a Covid-19 em 2020. Recurso esse destinado para diversos setores, entre eles: auxílio emergencial, benefício emergencial de manutenção do emprego e da renda, cotas dos fundos garantidores de operações de crédito, financiamento da infraestrutura turística, aquisição de vacinas e insumos para prevenção e controle e despesas adicionais do Ministério da Saúde e de outros ministérios.

Quando o assunto é pandemia, os principais estudos estão voltados para o campo da saúde, todavia, pouco se tem discutido acerca da atuação dos gastos públicos no combate e enfrentamento dos reveses causados pelo vírus. Sabendo disso, este trabalho tem como objetivo geral realizar uma revisão de escopo acerca da produção científica sobre a Covid-19 e gastos públicos com saúde no ano de 2020.

Justifica-se a presente pesquisa devido à necessidade de verificação do perfil de publicações em periódicos que estão sendo feitas no Brasil e que tratem dos gastos públicos relacionados à Covid-19. A temática Covid-19, apesar dos avanços na área, possui suas publicações, majoritariamente, concentradas no setor da saúde. Essa ocorrência pode ser verificada a partir da constatação dos veículos que mais publicam sobre o tema ser proveniente da Medicina, como: International Journal of Environmental Research and Public Health, Journal of Medical Internet Research e BMJ Open.

Nesse liame, o problema de partida dessa pesquisa apresenta-se da seguinte maneira: O que se pesquisou sobre o tema gastos públicos com Covid-19 no ano de 2020?

Para atingir tal objetivo, contou-se com o recurso metodológico de análise da bibliometria, que foi realizada na base *Web of Science* com os descritores da pesquisa (“*Health*”) AND (“*Public Spending*”) AND (“*Covid-19*”), visando extrair indicadores estatísticos e descritivos acerca da dinâmica das informações dos periódicos incluídos na pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gastos públicos com financiamento das ações de frente no combate aos efeitos da COVID-19

Os reveses originados por ocasião da pandemia pelo vírus Sars-COV-2, mais conhecido popularmente como Covid-19, tem gerado uma crise econômica que caminha lado a lado com a crise sanitária. Na Economia, os efeitos da “corona-crise” já superaram os da Grande Depressão de 1929, na opinião de autores, como Bresser- Pereira (2020) e Cardoso (2020) e o próprio Fundo Monetário Internacional (FMI).

A severidade desse vírus tem sido acompanhada pelo elevado número de mortes, queda no nível de produção, queda nas receitas dos Estados-nação, crescimento do desemprego e da pobreza, sendo que essas últimas consequências podem variar de país para país, a depender de quanto e como os Estados gastam para enfrentar as complicações decorrentes da pandemia (BRESSER-PEREIRA, 2020, p.605).

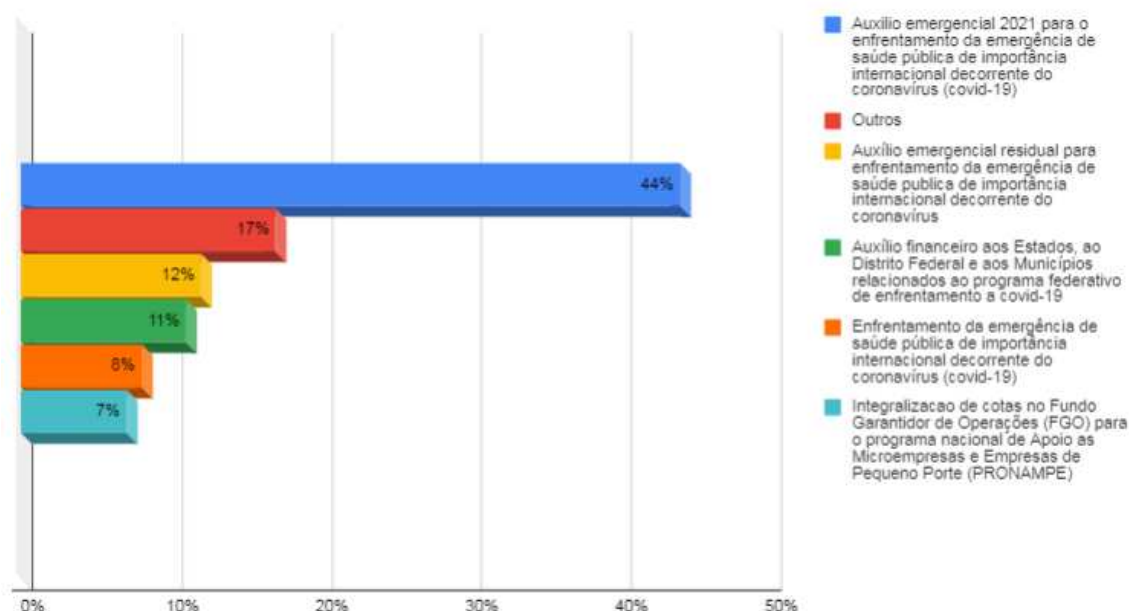
Arrefecer a curva de novos casos e ainda reduzir o número de óbitos exige do Estado um aumento da capacidade do sistema de saúde e execução de políticas de distanciamento social efetivas, consoante à realização dos exames de testagens em massa e do rastreamento dos infectados. Essas ações atribuem um custo substancial para empresas e para o Estado. “Para as empresas, porque serão obrigadas a limitar suas atividades. Para o Estado, porque precisará aumentar seus gastos em saúde, que são relativamente pequenos, mas são altos quando o problema é neutralizar as perdas econômicas que a pandemia está causando” (BRESSER-PEREIRA, 2020, p.605), como o achatamento do Produto Interno Bruto (PIB), insolvência de empresas, desemprego, fome, aumento da pobreza e redução das receitas.

Sob a vanguarda da corrente de John Keynes e a grave crise sanitária, a intervenção estatal na economia brasileira, nesse período epidemiológico, tornou-se a pedra angular da

economia e do financiamento distributivo de recursos para o setor público da saúde, especialmente como provedor financeiro do Sistema Único de Saúde (SUS). “Nesse momento, o mais inflexível dos liberais se transformaria em keynesiano, como ocorreu na crise de 2008 e ocorre agora” (SENHORAS, 2020, p.48).

Os anos de 2020 e 2021 foram bastante desafiadores para os gestores públicos, especialmente para os cofres públicos. Repasses que podem ser visualizados nos gráficos abaixo (1) e (2), que mostram o total de recursos do “orçamento de guerra” destinados ao combate contra a Covid-19, e impactaram diretamente as contas da União, estados e municípios (AGÊNCIA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020).

Figura 1- Detalhamento das Despesas (pagas) realizadas por ação com a Covid 19/ Ano de 2020



Fonte: Portal da Transparência (2022) (Adaptado)

Como a pandemia afetou diretamente *o status quo* dos brasileiros, especialmente da camada mais pobre, o governo federal focalizou suas ações nesse setor, uma vez que, para propiciar o pagamento do auxílio emergencial, foi disponibilizado R\$ 230 bilhões de reais, o que corresponde a 44% do total de recursos pagos com o orçamento de guerra no combate à pandemia, conforme consta no gráfico (1) (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2022).

As transferências a Estados e ao Distrito Federal, transferências a instituições privadas e sem fins lucrativos, transferências a municípios, Estados e Distrito Federal, transferências municipais a fundo, operações diretas - intra-orçamentárias, entre outros, representaram 17% do total liberado da rubrica outros; as reservas de contingências 12%.

Como evidencia o gráfico (1), além do auxílio emergencial, o governo também priorizou outras importantes áreas igualmente afetadas da pandemia, a fim de mitigar seus reveses econômicos e sociais, como o foi o investimento de R\$ 78 bilhões (11%), referentes ao apoio financeiro a Estados e Municípios que fizeram parte ao Programa Federativo de Enfrentamento a covid-19, [...] “autorizadas por créditos extraordinários, de R\$ 392,4 bilhões (5,5% do PIB e relativas a subsídios e subvenções, de R\$ 48,7 bilhões (0,7% do PIB)” (NOTA TÉCNICA CONJUNTA N°4/2020, 2020, p.29).

Por fim, estão as ações diretas de enfrentamento inerentes ao Ministério da Saúde e demais Ministérios (R\$ 43 bilhões- 8%- vide gráfico 1) e aquisições de insumos de vacinas e insumos para controle e prevenção da covid-19 (R\$ 2,2 bilhões), acompanhadas pelo Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda (Bem) (R\$ 38 bilhões- 7%), quando o governo encarregou-se de arcar com parte dos salários de empregados de empresas privadas pelo período de alguns meses, para manter empregos, e com os gastos com o Fundo Garantidor de Operações (FGO), voltados a crédito para micros e pequenas empresas (TESOURO NACIONAL TRANSPARENTE, 2022).

O detalhamento dos valores gastos por ação no combate à covid-19 durante o ano de 2020 encontra-se pormenorizado na tabela (1) abaixo. Nela é possível verificar com mais detalhes os gastos de que trata resumidamente o gráfico (1).

Tabela 1- Distribuição por ação dos gastos da União no combate à covid-19 - Ano de 2020

GASTOS COM COVID-19 (R\$ Bilhões)		
	Previsto	Pago
Despesas adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	46,33	42,70
Aquisição de vacinas e insumos para prevenção e controle	24,51	2,22
Cotas dos Fundos Garantidores de Operações de Crédito	58,09	58,09
Auxílio financeiro aos Estados, Municípios e Distrito Federal	79,19	78,25
Auxílio emergencial a pessoas em situação de vulnerabilidade	322,00	293,11
Financiamento da infraestrutura jurídica	5,00	3,08
Transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético	0,9	0,9
Concessão de financiamento para pagamento de folha salarial	6,81	6,81
Benefício emergencial de manutenção do emprego e da renda	51,55	33,5
Ampliação do Programa Bolsa Família	0,37	0,37
Programa emergencial de acesso a crédito- maquinhas	10,00	5,00
Total	604,75	524,02

Fonte: Tesouro Nacional Transparente, 2022.

É expressamente visível que os setores que mais tiveram a atenção da União foram, em primeiro lugar, o ligado à área social com a transferência unilateral do auxílio emergencial (R\$ 293 bilhões), em segundo, o auxílio direto aos Estados (R\$ 78 bilhões), Municípios e Distrito Federal e, em terceiro, o FGO (R\$ 58 bilhões) referente à concessão de crédito para micros e pequenas empresas. Na outra via, as pastas que receberam menos recursos foram as da ampliação do bolsa família R\$ 0,4 bilhões), Conta de Desenvolvimento Energético (R\$ 0,9 bilhões) e aquisição de vacinas e insumos para prevenção e controle (R\$ 2 bilhões). No total, foram repassados R\$ 524 bilhões de reais, o equivalente a 92,16% do total previsto.

A rubrica do Ministério da Cidadania corresponde sozinha a quase R\$ 300 bilhões dos gastos com a pandemia, ou seja, quase 60% do total liberado. Montante superior ao das demais pastas, como: Ministério da Economia (R\$ bilhões 178,7- 34%), Ministério da Saúde (R\$ 39,5 bilhões- 7,5%), Ministério do Turismo (R\$ 6,1 bilhões- 1,2%), Ministério da Educação R\$ 1,2 bilhão- 0,23%), Ministério de Minas e Energia (R\$ 900 milhões- 0,17%) (TESOURO NACIONAL TRANSPARENTE, 2022).

Em 2020, o orçamento anual das receitas ficou na casa dos R\$ 3,7 trilhões, um déficit do qual o governo federal destinou o total de R\$ 604,7 bilhões de reais (valor que equivale a 2,8% dos gastos públicos) para ajudar no combate aos efeitos da pandemia, injetando recursos públicos nos setores social, econômico (turístico, industrial, energético, transporte aéreo, ferroviário e metroviário), cultural/artístico, entre outros. Daquele valor só fora gasto efetivamente R\$ 524 bilhões com as ações de combate aos efeitos da pandemia pelo coronavírus.

A contração da atividade econômica no ano de 2020 foi acentuada pela frustração de arrecadação de receitas correntes e a iminente necessidade de aumento nas despesas. Nesse liame, no primeiro trimestre, para fazer frente às despesas e ao refinanciamento da dívida mobiliária, a União recorreu aos recursos disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2020).

A Lei Orçamentária Anual (LOA) relativa ao exercício de 2020 - Lei 13.978/2020 estimou receitas de R\$ 3.565,5 bilhões, dos quais R\$ 1.724,9 bilhões (48,38%) correspondem a receitas correntes e R\$ 1.840,6 bilhões (51,62%) relativos a receitas de capital. Ainda, no âmbito das despesas, a LOA de 2020 fixou as despesas em igual montante de R\$ 3.565,5 bilhões, dos quais R\$ 2.141,6 (60,06%) em despesas correntes. Em suma, as despesas totais para o período foram na casa dos 4,13 trilhões. Uma previsão de *deficit* no orçamento corrente no total de R\$ 416,60 bilhões (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2020; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2022).

2.2 Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19): financiamento dos Estados, Distrito Federal e municípios

O Decreto Legislativo nº06/ 2020 instituiu o reconhecimento da ocorrência do estado de calamidade pública, ficando a cargo da “Comissão Mista no âmbito do Congresso Nacional, composta por seis senadores, com igual número de suplentes, [...] acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19)” (BRASIL, 2020a, Art.2º).

O reconhecimento do estado de calamidade pública associado à crescente elevação das despesas ocorreu lado a lado da aprovação da lei 13.979/2020, que institui em seu Art. 4º: “Fica dispensada a licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei” (BRASIL, 2020b).

Desse modo, para fazer frente às novas medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, foi necessária a alteração das regras de contratação pública, quando de interesse público, uma vez que sendo a saúde um direito de todos, deve ser preservada pelo Estado, como cita o artigo 196 da Constituição Federal de 1988 (CF/88), (BRASIL, 1988).

Nessa seara, a Medida Provisória (MP) nº 938, de 02 de abril de 2020, que mais tarde foi convertida na Lei nº 14.041, de 18 de agosto de 2020, trata de dispositivo legal criado com o propósito de instaurar o apoio financeiro pela União aos entes federativos, Distrito Federal e municípios durante o período de calamidade pública: Art. 2º O valor do apoio financeiro será de até R\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais) por mês e totalizará até R\$ 16.000.000.000,00 (dezesseis bilhões de reais) no período a que se refere o art. 1º” (BRASIL, 2020a, Art. 2º da MP nº938/2020).

O Programa Federativo de Enfrentamento ao coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) fora criado pela Lei Complementar nº173, de 27 de maio de 2020. Aprovado pelo Senado Federal, esse Programa foi a válvula de escape dos estados, DF e municípios, durante o período da pandemia, mais especificamente no ano de 2020, pico da disseminação da doença e dos impactos sobre a economia como um todo. O Programa consistiu na prestação de um auxílio financeiro prestado pela União no valor de R\$ 60 bilhões, pago em quatro parcelas mensais e iguais, a serem aplicadas no exercício de 2020 dos estados, DF e municípios. Soma-se a este valor o restante do total concedido de R\$ 119,8 bilhões, decorrente da

suspensão do pagamento das dívidas, conforme previsto no Art.1º da Lei 173/2020 (BRASIL, 2020b AGÊNCIA SENADO, 2021).

Na tabela (2) abaixo, é possível verificar o repasse de verba que foi destinado para cada ente da federação:

Tabela 2- Distribuição por UF dos valores decorrentes do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus

DISTRIBUIÇÃO DO RECURSO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO (R\$ milhões)						
UF	Saúde pública- Estados	Saúde Pública- Municípios	Livre aplicação- Município		Suspensão da dívida	Total
Acre	143	13	354	134	461	949
Alagoas	152	48		279	491	1.382
Amapá	366	59	586	424	679	2.186
Amazonas	399	12		109	314	962
Bahia	346	212		1.130	1.407	4.763
Ceará	400	130		622	1.240	3.312
Distrito Federal	176	43		190	506	1.381
Espírito Santo	224	57		482	728	2.204
Goiás	168	100		774	2.515	4.699
Maranhão	250	101		496	318	1.896
Mato Grosso do Sul	93	302		2.028	7.142	12.912
Mato Grosso do Sul	80	40		421	493	1.655
Minas Gerais	446	50		912	624	3.024
Pará	249	123		742	539	2.749
Paraíba	128	57		303	386	1.323
Paraná	261	136		730	1.465	3.776
Pernambuco	368	47		271	539	1.362
Piauí	103	163		1.163	960	4.264
Rio de Janeiro	486	246		1.1360	12.175	16.275
Rio Grande do Norte	155	50		299	1.311	2.258
Rio Grande do Sul	260	25		227	421	1.111
Rondônia	102	9		100	269	740
Roraima	216	162		1.317	5.147	8.832
Santa Catarina	260	102		780	724	2.977
São Paulo	1.074	33		212	413	1.058
Sergipe	86	656		4.481	18.598	31.424
Tocantins	52	22		204	200	778
Total	R\$ 7 Bi	R\$ 3 Bi	R\$ 60 Bi	R\$ 20 Bi	R\$ 119,8 Bi	

Fonte: Portal do Senado Federal (2020).

Conforme previsto no Art.º 5º da Lei 173/2020, o auxílio financeiro dos R\$ 60 bilhões, fora dividido em quatro parcelas mensais, sendo R\$ 10 bilhões tão somente para ações de saúde e assistência social (R\$ 7 bilhões para os estados e R\$ 3 bilhões para os municípios); 50 bilhões para uso livre (sendo R\$ 30 bilhões para os estados e outros R\$ 20 bilhões para os municípios). Os respectivos valores encontram-se assim discriminados na tabela (2) acima.

O rateio do recurso por estado foi feito levando em consideração uma cesta de índices, que contemplava desde a arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e

Serviços (ICMS) até a população. Por sua vez, a divisão entre os municípios foi calculada a partir da divisão dos recursos por estado (excluindo o DF), usando os mesmos critérios. O valor estadual foi, assim, dividido entre os municípios em função da população de cada um. O Distrito Federal recebeu uma cota separada no valor de R\$ 154,6 milhões de reais, já que não faz parte do rateio entre os municípios (AGÊNCIA SENADO, 2020).

3 METODOLOGIA

Para atingir tal objetivo, contou-se com o recurso metodológico de análise da bibliometria, que foi realizada na base *Web of Science* com os descritores da pesquisa (“*Health*”) AND (“*Public Spending*”) AND (“*Covid-19*”), visando extrair indicadores estatísticos e descritivos acerca da dinâmica das informações dos periódicos incluídos na pesquisa.

Determinou-se alguns critérios de identificação e seleção das amostras: artigos científicos publicados entre os meses de janeiro a dezembro de 2020, relacionados aos gastos públicos com saúde e Covid-19. Além da utilização do parâmetro mundial na análise e seleção dos artigos. Essa resolução justifica-se com base na escassez de produções brasileiras referentes aos gastos públicos com saúde observados na base de dados da *Web of Science*, a qual totalizaram-se em oito títulos. Dessa maneira, o presente artigo constituiu a sua base amostral de análise a partir dos 121 artigos encontrados.

A bibliometria é o estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação, socialização e evidenciação da informação registrada (MACIAS-CHAPULA, 1998), constituindo-se na aplicação de técnicas estatísticas e matemáticas para descrever aspectos da literatura e de outros meios de comunicação (ARAÚJO, 2006), a qual adequa-se assertivamente com o objetivo desta pesquisa.

Nesse contexto, as abordagens bibliométricas, pelas quais a ciência pode ser retratada por meio dos resultados obtidos, baseiam-se na noção de que a essência da pesquisa científica é a produção de “conhecimento” e que a literatura científica é a manifestação constitutiva desse conhecimento (OKUBO, 1997), justificando-se, dessa forma, o uso da análise bibliométrica, a qual, cobrindo um longo período de tempo, auxilia na identificação de ideias/escolas de pensamento mais influentes e as inter-relações entre eles (NERUR; RASHEED; NATARAJAN, 2008).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico serão expostos os resultados apurados das análises bibliométricas realizadas utilizando a base de dados *Web of Science* e que, subsequentemente, foram analisados no software VOSviewer. Foram encontrados e examinados 121 artigos que versam sobre a temática, dentro do período determinado (janeiro a dezembro de 2020).

A partir da análise realizada, observou-se que os 121 artigos da base amostral, encontram-se subdivididos entre algumas áreas de pesquisa do conjunto de dados da *Web of Science*, sendo eles: *Public Environmental Occupational Health*, com 41 artigos, correspondente a 33,88%; *Environmental Sciences Ecology* com 23 artigos, equivalentes a 19,01%; *Health Care Sciences Services* com 15 artigos, representando 12,40%; *General Internal Medicine* com 7,44%; *Psychiatry* com 7,44%; *Business Economics* com 6,61% e outros campos com índices menores que 5% de representabilidade.

A partir da análise percentual, observou-se a centralização dos artigos no setor de Saúde Pública; além disso, verificou-se um número inferior de periódicos no campo da Administração Pública (com quatro publicações, equivalentes à 3,30%), fato esse que pode ser analisado como uma oportuna área de pesquisas nesse setor.

Tabela 3- Áreas de publicações

Áreas de Pesquisa	Número de Publicações	%
Saúde Ocupacional Ambiental Pública	41	33,88
Ecologia Ciências Ambientais	23	19,01
Serviços de Ciências da Saúde	15	12,4
Medicina Interna Geral	9	7,44
Psiquiatria	9	7,44
Economia de negócios	8	6,61
Informática Médica	6	4,96
Lei do Governo	5	4,13
Neurociências Neurologia	5	4,13
Administração Pública	4	3,30

Fonte: Elaborada pelos autores.

Objetivando uma análise assertiva das informações, os dados foram subdivididos em alguns pontos considerados relevantes: Autores que mais publicaram; Títulos de Publicação; Publicações por país; Acoplamento Bibliográfico por países; Coocorrência entre as palavras-chaves; Acoplamento Bibliográfico por instituições; Citação entre autores.

Na tabela (4), apresenta-se as informações referentes aos autores identificados, que mais publicaram artigos relacionados à temática apresentada. Constatou-se que, devido ao número reduzido de publicações, há um equilíbrio entre a quantidade de artigos publicados por cada autor, existindo apenas uma leve diferença percentual entre eles nesse quesito. Desse modo, a porcentagem de publicações máxima encontrada foi de 1,65%, equivalente a dois artigos por autor, sendo a mínima de 0,83%, correspondente a um artigo por autor.

Tabela 4- Autores que mais publicaram

Autores	Número de publicações	%
Beland D	2	1,65
Gomez-Salgado	2	1,65
Grabovac I	2	1,65
Huang YE	2	1,65
Rocco P	2	1,65
Ruiz-frutos C	2	1,65
Smith L	2	1,65
Verone N	2	1,65
Waddan A	2	1,65
Wang Y	2	1,65
Zhao N	2	1,65
Abbas A	1	0,83
Abdelwahed A	1	0,83
Abiche MG	1	0,83
Abro MMQ	1	0,83
Abu Jamous D	1	0,83
Abufaraj M	1	0,83
Abukhalaf	1	0,83

Fonte: Elaborada pelos autores.

A partir da análise dos número de artigos publicados, na tabela (5), analisa-se como protagonistas os seguintes periódicos: *International Journal of Environmental Research and Public Health* com 18 artigos publicados, equivalentes a 14,88% dos dados amostrais; *Journal of Medical Internet Research* com 6 publicações de artigos, correspondentes a 4,96% da amostra; *BMJ Open* com 5 artigos publicados, representando 4,13%; *Frontiers in Public Health* com 2,48%, dentre outros periódicos que possuem uma porcentagem entre 0,83% a 1,65%, equivalentes a, respectivamente, uma ou duas publicações por periódico. Dentre os dados analisados, observou-se que o periódico brasileiro que possui mais artigos publicados é a Revista de Administração Pública, com dois artigos que equivalem a 1,65%.

Tabela 5- Títulos de Publicação

Títulos de Publicação	Número de Artigos	%
International Journal of Environmental	18	14,88
Journal of Medical Internet Research	6	4,96
BMJ Open	5	4,13
Frontiers in Public Health	3	2,48
BMC Public Health	2	1,65
Frontiers in Psychology	2	1,65
Journal of Affective Disorders	2	1,65
Psychiatry Research	2	1,65
Revista de Administração Pública	2	1,65
Sustainability	2	1,65
Journal of Family Medicine and Primary Care	2	1,65
Pan African Medical Journal	2	1,65
Plos One	2	1,65
American Journal of Otolaryngology	1	0,83
Anz Journal of Surgery	1	0,83

Fonte: Elaborada pelos autores.

Em relação aos periódicos que possuem o maior número de publicações, entre janeiro e dezembro de 2020, que versem sobre a temática em questão, observou-se, a partir das informações obtidas na Plataforma Sucupira, que os três primeiros periódicos que constituem cerca de 23,97% dos artigos publicados possuem uma classificação de Qualis, que variam entre A1 e B1 em suas áreas de atuação, demonstrando a importância dessas publicações entre os estudiosos e cientistas.

Quanto aos países que mais realizaram estudos acerca dos tópicos analisados, na Tabela (6), apresenta-se os principais responsáveis pelas publicações, sendo eles: Estados Unidos (EUA) com 27 artigos, representando 22,31% dos dados; China com 18 publicações, correspondentes a 14,88% da amostra; Inglaterra com 15 artigos, correspondendo a 12,40%; Itália com 12 publicações, equivalentes a 9,92%; Austrália e Espanha com cerca de 8,26% cada; Índia com 7,44%; Brasil e Canadá que estão iguais com a porcentagem de 6,61% cada, dentre outros que se encontram com valores iguais ou inferiores a 6 publicações (equivalente a 4,96%). Dentre os países analisados, observa-se que os Estados Unidos e a China possuem uma importância significativa no que se refere ao desenvolvimento científico acerca da temática, tendo em vista a sua atuação no contexto hodierno. Além disso, outros países, como Inglaterra, Itália e Austrália, destacam-se cada vez mais nas pesquisas e realizações científicas.

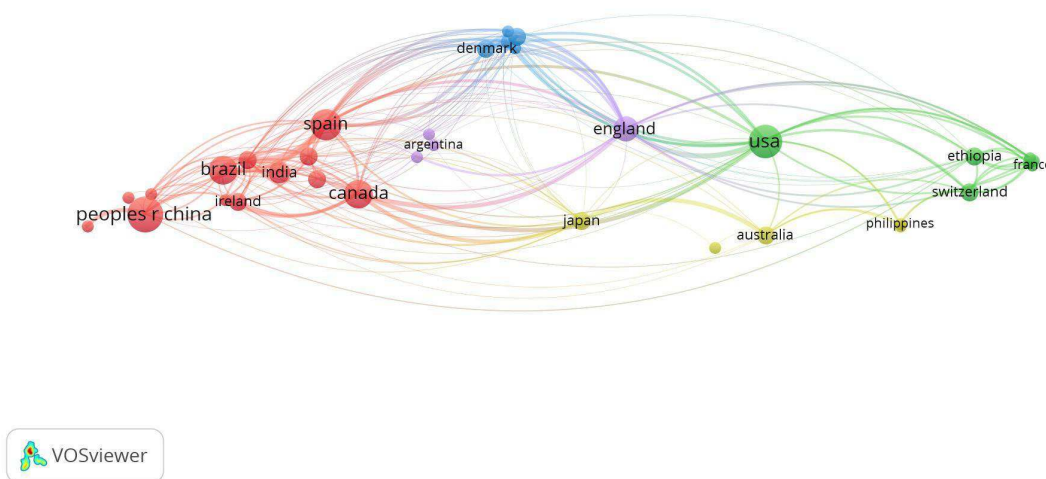
Tabela 6- Publicações por país

Países	Número de Publicações	%
Estados Unidos	27	22,31
China	18	14,88
Inglaterra	15	12,4
Itália	12	9,92
Austrália	10	8,26
Espanha	10	8,26
Índia	9	7,44
Brasil	8	6,61
Canadá	8	6,61

Fonte: Elaborada pelos autores.

Segundo Grácio (2016), o acoplamento bibliográfico entre dois artigos ocorre quando estes referenciam pelo menos uma publicação em comum [...], estabelecendo uma conexão entre os artigos, quando estes, utilizam as mesmas referências. Desse modo, o acoplamento bibliográfico possibilita a identificação de núcleos de pesquisas representados pelos autores que colaboraram nos artigos acoplados (CARVALHO, 1975).

Figura 2- Acoplamento Bibliográfico por países



Fonte: Elaborada pelos autores

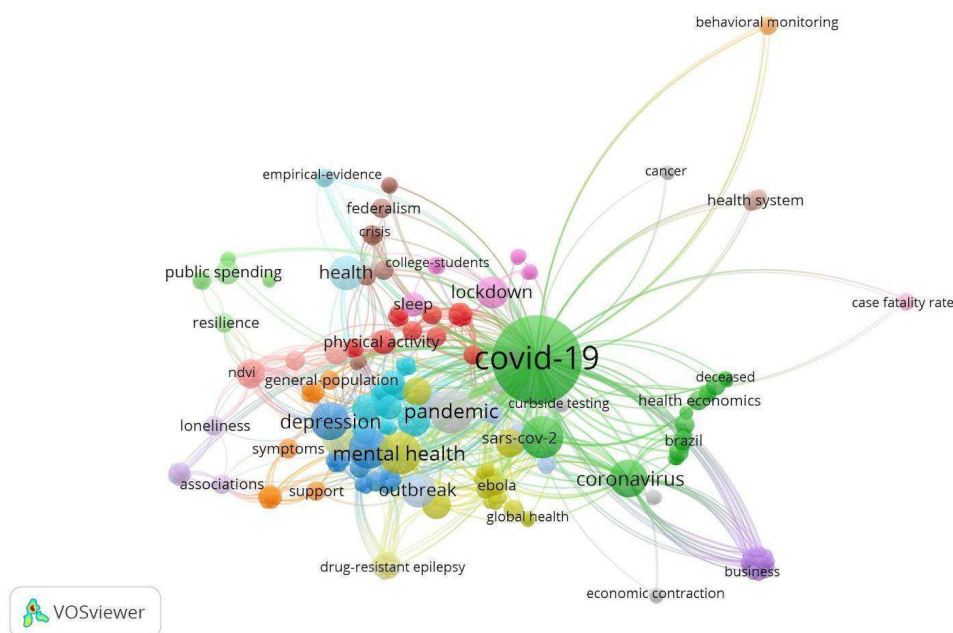
Nesse contexto, a figura (2) apresenta a teia de acoplamento bibliográfico por países. Os nós da rede de dados encontram-se representados por círculos, que possuem cores variáveis, a fim de diferenciar cada elemento analisado, além de, a partir do tamanho dos círculos, demonstrarem a quantidade de títulos publicados mediante a amostra analisada.

Dentre os parâmetros analisados na formação dessa teia de informações, está o número mínimo de um documento por país nesse conjunto de dados, o que resultou em um acoplamento composto por 34 países ordenados em 5 Clusters (aglomerados) observados de acordo com um conjunto de cores. Os resultados examinados demonstram que dentre os países analisados, os Estados Unidos e a China representam os principais pesquisadores dessa temática.

Relacionado ao idioma de publicação, analisa-se que o idioma predominante entre os artigos foi o inglês, com cerca de 90% de artigos, seguido do espanhol com aproximadamente 2,4% de publicações, além de outros idiomas com porcentagens menores a 1%. Este resultado já era esperado, tendo em vista que a disponibilidade de artigos encontra-se em Inglês, devido até mesmo, ao número e a procura por publicações internacionais que versem acerca do tema.

Visando examinar os principais assuntos relacionados à temática, efetuou-se uma análise dos descritores/palavras chaves mais utilizados nos artigos da amostra utilizada. Desse modo, alguns pontos importantes foram analisados na geração desses dados, como a quantidade mínima de uma ocorrência de uma palavra-chave, o que, fora observado, resultou em 266 termos encontrados, organizados em 22 Clusters, possuindo 1980 links em seus dados. Todavia, vale ressaltar que o gráfico representado, destaca apenas os termos que possuem uma quantidade significativa referente a amostra analisada, fato esse, decorrente da estruturação e organização do software utilizado.

Figura 3- Coocorrência entre palavras-chaves

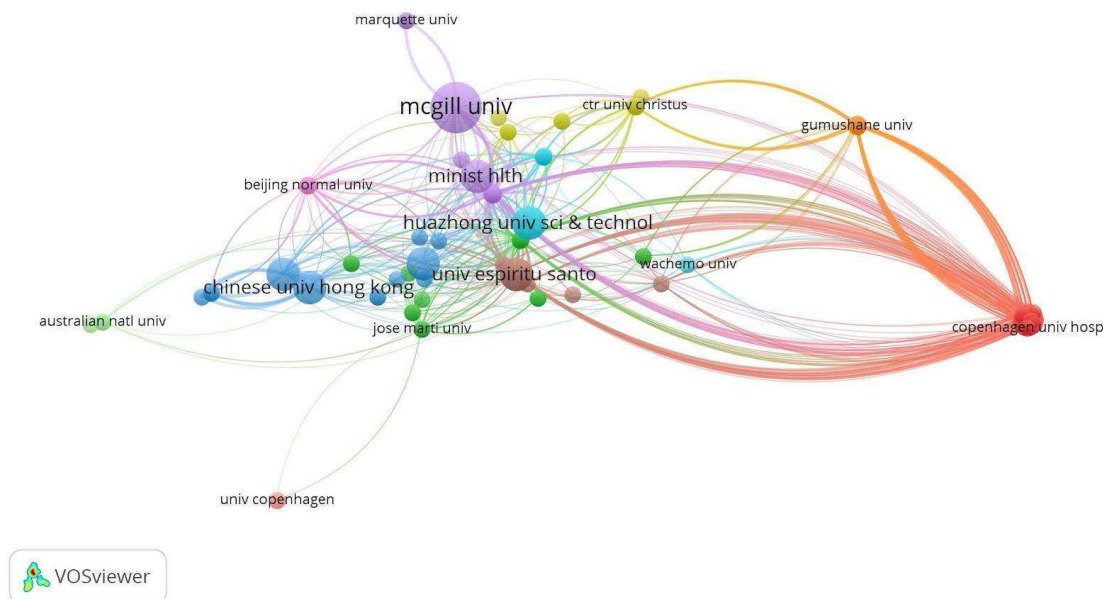


Fonte: Elaborada pelos autores.

A partir da análise dos dados coletados e apresentados na figura (3), notou-se que a palavra *Covid-19* possui um número maior de ocorrências, com 39 ocorrências, sendo representada pela cor verde no gráfico. Também podemos destacar algumas outras palavras que possuem um destaque mediante as demais analisadas, dentre eles encontram-se: a palavra *Pandemia (Pandemic)* com 10 ocorrências, simbolizada por uma coloração equivalente, a lilás claro; os termos *Saúde Mental (Mental Health)* e *Saúde Pública (Public Health)*, que possuem valores iguais (9 ocorrências cada); *Ansiedade (Anxiety)* com oito ocorrências, dentre outros termos com ocorrências iguais ou inferiores a sete ocorrências.

Nesse cenário, a rede de acoplamento evidenciada na figura (4) está relacionada às organizações analisadas na amostra. Assim como na figura anterior, os nós da rede de dados encontram-se representados por círculos com cores variáveis e com tamanhos diferenciados, que expressam o número de artigos publicados, vinculados a cada instituição. Alguns critérios foram ponderados na construção dessa teia de dados, dentre eles pode-se analisar, o número mínimo de um título publicado por organização, o qual resultou em um acoplamento constituído por 92 instituições estruturadas em dois Clusters.

Figura 4- Acoplamento bibliográfico por instituições



Fonte: Elaborada pelos autores.

A partir da análise dos resultados coletados da amostra selecionada, verifica-se que a *MCGill University* se apresenta como uma das instituições que possuem uma quantidade significativa de artigos publicados, assim como a *Chinese University of Hong Kong*, dentre outras organizações.

Figura 5- Citação entre



Fonte: Elaborada pelos autores.

Na figura (5), foi observada a relação de citação entre os autores. Na análise das informações amostrais, alguns critérios foram analisados, dentre eles, o aspecto relacionado ao número mínimo de um documento por autor. A partir dessa análise, este estudo resultou em 36 itens a serem examinados, os quais estão estruturados em seis Clusters.

Examinando as citações realizadas entre os autores, observou-se que os autores Huang Yeen e Zhao Ning (com 1198 citações cada) possuem uma quantidade expressiva de citações que os diferencia dos demais autores. Observou-se que os demais estudiosos possuem um número inferior a 200 citações, valor esse justificado devido à reduzida quantidade de artigos encontrados na pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo buscou-se realizar uma revisão de escopo acerca da produção científica sobre a Covid-19 e gastos públicos com saúde no ano de 2020, a partir da ferramenta bibliométrica de análise junto a *Web of Science*. Nesse sentido, ficou latente que, devido à relevante atuação de pesquisadores dentro dos avanços no tratamento e cura da Covid-19, significativa participação das publicações são oriundas da área médica, ou seja, quando o assunto é coronavírus, é mais acessível encontrar periódicos que versem sobre saúde do que sobre os próprios gastos praticados pelos gestores no enfrentamento dos impactos não apenas sanitários, mas especialmente no que se diz respeito à economia do país.

Nessa perspectiva de análise, outra evidência que chamou atenção foi a participação significativa de países estrangeiros, como Estados Unidos, China e alguns países da Europa no número de publicações referentes à temática, com foco voltado às novas descobertas imunológicas e metamorfoses do próprio vírus e suas implicações na saúde humana. O Brasil, no entanto, apresentou ínfima participação no número de publicações, apenas 6,61%, ficando à frente apenas da Alemanha, com aproximadamente 5%.

Como consequência dessa maior adesão dos países estrangeiros no interesse em publicar sobre o vírus SARS-Cov-2, como seria de imaginar, a língua inglesa possui distinção particular como resultado da significativa aceitabilidade dessas publicações no meio acadêmico. Prova disso é o nível de qualidade dos artigos publicados pelos três periódicos com maior concentração de publicação (*International Journal of Environmental Research and Public Health*, *Journal of Medical Internet Research* e *BMJ Open*), variando de um Qualis A1 a B1.

Por ser uma área mais atrativa, viu-se que as publicações estão majoritariamente concentradas no campo da Saúde Pública, sendo os EUA destaque nos estudos sobre o tema.

Por tratar-se de uma área pouco estudada quando comparada à saúde e, tendo em vista que este artigo limitou-se ao estudo do ano de 2020, analisando a base de dados Web of Science, sugere-se pesquisas que possam detalhar os gastos públicos com a Covid-19 com os Estados e municípios, adicionando a isso, inclusive, os desencadeamentos da investigação da CPI da Covid, instaurada a pedido do Senado.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. (2020). **Programa Federativo de Enfrentamento ao coronavírus**. Disponível em: < [AGÊNCIA SENADO. \(2021\). **Gasto médio do governo é 12 vezes menor em 2021**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/12/nos-primeiros-100-dias-do-ano-governo-gasta-12-vezes-menos-com-pandemia>>. Acesso em 25 de fev. de 2022.](https://www25.senado.leg.br/web/atividade/relatorios-legislativos/covid-19#:~:text=O%20Programa%20Federativo%20de%20Enfrentamento,%C3%A0%20pandemia%20da%20Covid%2D19.>. Acesso em 3 de mar. de 2022.</p></div><div data-bbox=)

AGÊNCIA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (2020a). **Gastos do governo com pandemia chegam a R\$ 38,2 bi na saúde e R\$ 7,2 bi na cultura**. Disponível em:<<https://www.camara.leg.br/noticias/701831-gastos-do-governo-com-pandemia-chegam-a-r-382-bi-na-saude-e-r-27-bi-na-cultura/>> Acesso em: 26 de fev. de 2022.

ARAÚJO, C. A. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. Em questão, 2006, 12.1: 11-32.

BRASIL. (1988). PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 28 de fev. de 2022.

BRASIL. (2020b). **Decreto nº 06, de março de 2020**. Dispõe sobre o reconhecimento do estado de calamidade pública em decorrência da Covid-19. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm>. Acesso em 28 de fev. de 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre a licença de licitação enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>>. Acesso em 28 de fev. de 2022.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Financiamento da Covid-19, inflação e restrição fiscal. **Revista de Economia Política**. v.40, nº 4, pp.604-621, out.-dez.2020.

CARVALHO, M. M. Análises bibliométricas da literatura de química no Brasil. **Ciência da Informação**, v. 4, n. 2, 1975.

CASTRO, D.; DAL SENO, D.; POCHMANN, M (org.). **Capitalismo e a Covid-19: um debate urgente**. São Paulo: 2020.

GRÁCIO, M. C. C. Acoplamento bibliográfico e análise de cocitação: revisão teórico-conceitual. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 21, n. 47, p. 82-99, 2016.

MACIAS-CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da informação**, v. 27, p. 134-140, 1998.

NERUR, S. P.; RASHEED, A. A.; NATARAJAN, V. A estrutura intelectual do campo da gestão estratégica: uma análise de cocitação de autores. **Revista de Gestão Estratégica**, 2008, 29.3: 319-336.

OKUBO, Y. Bibliometric indicators and analysis of research systems: methods and examples. 1997.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Orçamento anual**. Disponível em:<<https://www.portaltransparencia.gov.br/orcamento?ano=2021>>. Acesso em fev. de 2022.

TCESP. **O controle dos gastos públicos em tempos de pandemia**. Disponível em:<<https://www.tce.sp.gov.br/6524-artigo-controle-gastos-publicos-tempos-pandemia>>. Acesso em: 06 de jan. de 2022.

TESOURO NACIONAL TRANSPARENTE. **Monitoramento dos gastos da União com combate à Covid19**. Disponível em:<<https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19>>. Acesso em jan. de 2022.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. (2020). **Contas do presidente da República**. Orçamento Público. Disponível em: <https://sites.tcu.gov.br/contas-do-governo/06-orcamentopublico.html#:~:text=A%20Lei%20Or%C3%A7ament%C3%A1ria%20Anual%20referente,relativos%20a%20receitas%20de%20capital.>>. Acesso em 02 de mar. de 2022.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

CHAGAS, M. J. R; OLIVEIRA, A. R. V; FEITOSA, M. I. C; LEITE, A. C. R; LEAL, P. H. Covid-19 e Gastos Públicos com Saúde: Análise das Publicações no Período de 2020. *Rev. FSA, Teresina*, v. 20, n. 6, art. 7, p. 147-166, jun. 2023.

Contribuição dos Autores	M. J. R. Chagas	A. R. V. Oliveira	M. I. C. Feitosa	A. C. R. Leite	P. H. Leal
1) concepção e planejamento.	X	X	X	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	X	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X	X	X